

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Última Hora (D.J.)

Class.: 251

Data: 4 de abril de 1984

Pg.: 2

Aparato não intimida índios

Com arcos, flechas e bordunas caciques entram no prédio da Funai

Brasília amanheceu ontem em "pé de guerra" diante da "ameaça" de que cerca de 400 líderes indígenas de todo o País, que participam na cidade, do II Encontro Nacional dos Povos Indígenas, iriam invadir a sede da Fundação Nacional do Índio. Nada neste sentido aconteceu. Mas desde as primeiras horas da manhã um forte aparato da Polícia Militar, com sua tropa de choque e cães amestrados, cercou o prédio do órgão, no Setor de Indústrias e Abastecimento, trecho 4 e, ainda, o Ministério do Interior, "para garantir a ordem", como afirmou um dos comandantes da operação.

Com tanta tensão e expectativa criada entre os indígenas que tomavam parte em uma reunião na sala Nereu Ramos, no anexo II da Câmara dos Deputados, o deputado-cacique, Mário Juruna, do PDT-RJ — acompanhado de outro parlamentar também do PDT, Nadyr Rossetti e ainda dois caciques armados de borduna e arco e flecha — se dirigiu até a sede do órgão, para pedir a retirada dos policiais da "casa do índio".

Após uma reunião de duas horas com um diretor do órgão, Carlos Grossi — o presidente Otávio Ferreira Lima não quis receber a comissão — e um delegado da Polícia Federal, Paulo Ribeiro, Juruna afirmou que não conseguiu sensibilizar o representante da presidência e que o policiamento, deve continuar até quinta-feira, dia em que se encerra o encontro dos indígenas.

Mário Juruna fez questão de enfatizar que não disse nada sobre invasão do órgão no dia anterior, como foi publicado em apenas um jornal. "Eu nunca falei nada neste sentido" afirmou Juruna, acrescentando, todavia, que a Funai "não é casa da polícia e sim do índio".

Indignado com os policiais fortemente armados e com os cães que latiam bastante alto, Juruna concluiu seu ponto de vista: "Até cães eles trouxeram para ajudar o caçador. Alá, a polícia sempre ajudou o branco a roubar do índio. E isto, creio, só serve para piorar a imagem da Funai e do próprio Governo".

"PRAÇA DE GUERRA"

A operação policial com o objetivo de "defender" a Funai e o Ministério do Interior de um "provável ataque dos índios" começou bem cedo e antes das oito horas, o aparato policial já havia se posicionado próximo aos dois órgãos do Governo. No Setor de Indústria e Abastecimento os trabalhadores que chegavam para pegar no serviço às oito horas, se assustaram com o cerco à Funai, diante de tantos policiais da tropa de choque e, ainda, dos cães.

No Ministério do Interior ocorreu o mesmo e os funcionários públicos do próprio Minter e de ministérios vizinhos, curiosos, questionavam o que

estava ocorrendo. Se a situação não estava boa para os lados da Funai e do Minter próximo ao Congresso Nacional chegava a ser curiosa. É que devido a visita dos reis da Suécia ao Itamarati e ao plenário da Câmara e do Senado, soldados da Polícia do Exército perfilados na grama, fuzileiros navais, agentes do Detran e um batalhão dos Dragões da Independência, faziam as honras da Casa ao casal de monarcas.

TENSÃO
Dentro do Congresso, mais precisamente na sala Nereu Ramos, no anexo II, da Câmara dos Deputados, os líderes indígenas denunciavam os propósitos do Governo "em entregar o que resta de nossas terras, os nossos minerais e ainda, nos colocar como incapazes, como diz o novo código que querem aprovar".

Diante de muitos pronunciamentos, a maior parte deles apaixonados, como a denúncia da invasão da aldeia Potiguar, na Bahia, onde delegados da Funai e a Polícia Federal "impediram nossos irmãos de vir ao encontro nacional", como afirmou Marcos Terena, o clima foi ficando tenso e a expectativa aumentou em relação à ocupação da Funai por policiais.

Decidiu-se, então, na sala da Comissão do Índio no próprio anexo II, que uma comissão chefiada pelo deputado-cacique Mário Juruna, iria até a Funai e ao Ministério do Interior, exigir a retirada dos policiais do local. "Em nenhum momento nos dispusemos a invadir qualquer órgão do Governo. Vimos ao encontro nacional para defender os índios e não atacar ninguém", disse Marcos Terena.

Às 9:50 horas o deputado Mário Juruna e a comissão composta por Samuel Terena, o deputado Nadyr Rossetti e dois caciques armados de arco-e-flecha e borduna, chegaram à sede da Funai, no trecho 4, do SIA.

Como o presidente do órgão, Otávio Ferreira Lima não quis recebê-los no seu gabinete, no 3º andar do prédio, Juruna se reuniu então com um diretor, Carlos Grossi e um delegado da Polícia Federal, Paulo Ribeiro, em uma sala no térreo, a portas fechadas.

Depois de quase duas horas de reunião, Juruna e a comissão — menos os dois caciques que ficaram do lado de fora de plantão, fazendo a guarda — disse que não conseguiu sensibilizar o representante da presidência.

Ele é autoridade, eu não; mesmo como deputado. Pedi para retirarem o policiamento. Não fui atendido. Desmenti que em algum momento houvesse ameaçado invadir a Funai. Não deram crédito. Realmente tem muitos burros na Funai" — concluiu Mário Juruna, com seu sotaque carregado.

Vigília no Planalto, uma saída

Alguns dos caciques que participam do II Encontro Nacional dos Povos Indígenas estão dispostos a iniciar uma vigília em frente ao Palácio do Planalto, até que o Governo Federal demonstre interesse em negociar o atendimento das quatro principais reivindicações aprovadas na reunião, que só termina amanhã. A possibilidade da realização da vigília foi anunciada pelo cacique Aniceto, um Xavante da mesma aldeia do deputado Juruna, a São Marcos, no Mato Grosso.

Ele fez a revelação, ontem, ao lembrar que os índios que vieram para o encontro o fizeram com sacrifícios e que, em função dessa circunstância, afirmou, "não podemos voltar sem uma resposta, pois não viemos de tão longe para participar de brincadeira ou fazer teatro".

Segundo as informações do cacique Aniceto, a formação de uma comissão para participar da vigília será analisada hoje. Informou ainda que a vigília deverá ser iniciada no primeiro dia após o término do encontro, na sexta-feira, período que ele considera suficiente para os órgãos do Governo anunciarem uma solução para o problema da presidência da Funai, que os índios tentam mudar.

Até o final da semana, os índios querem também uma tomada de posição dos órgãos federais com relação ao projeto do deputado Mário Juruna, que propõe um redimensionamento na estrutura da Funai, permitindo a participação de índios, indigenistas e antropólogos no Conselho Diretor da Fundação.

A manutenção das reservas indígenas com a demarcação de suas áreas é outra medida defendida pelos índios que, segundo as reclamações apresentadas no II Encontro, deve ser posta em prática em caráter de urgência. Uma resposta do Governo com relação a mais esse problema também deverá ser exigida como condição para a não deflagração do protesto em frente ao Palácio do Planalto.

Os índios são também contrários a modificação do código civil e não querem que as empresas estatais do setor de mineração, beneficiadas por decretos-leis do Executivo, invadam os territórios das reservas para exploração de minérios. Assim a vigília servirá também como protesto contra o novo texto do código, que considera o índio como "um ser incapaz", e contra os decretos-leis que tornam vulneráveis as áreas de reservas.

REPRESENTAÇÃO

Os participantes do II Encontro Nacional dos Povos Indígenas, através de abaixo assinado com mais de

300 assinaturas, pediram ao procurador geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, o encaminhamento para o Supremo Tribunal Federal de uma ação de inconstitucionalidade do decreto número 88.118/83, e da portaria do Ministério do Interior de número 002/83 que, segundo o documento entregue ao procurador, "põem em risco o lento e insignificante processo de demarcação que se desenvolve no País".

O decreto e a portaria, de acordo com as explicações apresentadas no abaixo-assinado, "ferem os artigos 4 e 198 da Constituição Federal e, ao mesmo tempo, revogam a lei federal 6001/73". Os novos dispositivos, segundo o documento, dão a um grupo, constituído por representantes da Funai e do Ministério do Interior, poderes para redefinição de critérios para apreciação do caráter indígena das terras ocupadas por silvícolas.

À tarde, enquanto Mário Juruna esteve na Procuradoria da República, caciques de todas as nações indígenas que participam do Encontro apresentavam relatos dos seus problemas, centrados em questões que envolvem a demarcação de terras e o policiamento da Funai sobre as atividades nas reservas. Denunciaram também a má aplicação dos recursos da Funai, que do seu orçamento de Cr\$ 16 bilhões liberou apenas Cr\$ 2 bilhões para as reservas e o restante para despesas burocráticas do órgão.

SOLIDARIEDADE

Os índios que participam do II Encontro Nacional dos Povos Indígenas receberam ontem, no segundo dia dos seus trabalhos, a solidariedade do deputado federal Agnaldo Timóteo, do PDT, que compareceu ao auditório Nereu Ramos para, "em nome da minoria negra — afirmou — oferecer respeito ao povo indígena", maior apoio que a eles pode ser oferecido, segundo o deputado carioca, em troca do que foi tomado das comunidades indígenas.

Ele criticou a direção da Funai ao afirmar que "eles se julgam como poderosos chefes e não querem dialogar com os índios" e considerou que os intelectuais e burocratas não têm sensibilidade para resolver os problemas indígenas. Disse ainda que os conflitos com os índios seriam facilmente resolvidos se o Governo levasse em conta as dimensões do País.

O deputado Agnaldo Timóteo falou que além dos índios, os negros também brigam contra a discriminação e lembrou que "as circunstâncias é que forçam a minoria negra a optar pelo caminho da ilegalidade", ao praticar assaltos e outros delitos.

FOTOS JOSEMAR GONÇALVES



Desde a madrugada de ontem, policiais cercaram os prédios da Funai e Ministério do Interior, para protegê-los da "ameaça indígena".

Invasão à Funai, "só Deus sabe"

Se os índios vão mesmo invadir a Funai, "só Deus sabe". Pelo menos foi o que afirmou um assessor da presidência do órgão ligado diretamente ao Ministério do Interior. Em dúvida, a sua direção usou o dispositivo tecnicamente chamado de Exposição Interministerial nº 055, de 19 de agosto de 1983, assinado pelo presidente João Figueiredo e que faculta à Funai, pedir garantias de funcionamento à Polícia Militar.

Este dispositivo surgiu justamente depois que um grupo de indígenas invadiu a sede da Funai na gestão anterior, do coronel Paulo Moreira Leal, e, fizeram reféns alguns coronéis que ocupa-

vam diretorias. Na época, um dos assessores de imprensa, Sydney Ribeiro, garantiu que os índios "queriam jogar os diretores pela janela".

Com isto, acabaram por derrubar — e não jogar pela janela — toda a diretoria do órgão, composta, na ocasião, por 18 coronéis e ainda, muitos outros militares.

Caíram então o presidente, Paulo Moreira Leal, e os seguintes coronéis: Tancredo Pinto, chefe de gabinete; Correa, da Diretoria Geral de Administração; Guarany, da Diretoria Geral e Operações; Zanoni Hanse, da Assessoria Geral de Estudos e Pesquisa; Costa Ferreira, da Auditoria; Lima Barreto, da Chefia da Contabilidade; Bar-

beta, assessor da presidência; Taiboad, também assessor da presidência; Ney Fonseca, do Departamento Geral do Patrimônio Indígena; Anael Lemes Gonçalves, assessor da presidência; e o major Oliva Vieira.

Na opinião de Odenir Oliveira, membro da Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, "saíram os coronéis e entraram os tecnocratas, mas com a mesma incompetência e falta de sensibilidade para lidar com a causa indígena".

Ao contar a história das últimas diretorias da Funai, Odenir Oliveira disse que o órgão antes, era dirigido por generais. "Os índios então, conseguiram derru-

bar os generais. Vieram então os coronéis. Caíram também. Agora é a vez dos burocratas com educação e atitudes militares".

Há menos de um mês, um despacho com seis pombos foi colocado na porta do prédio da Funai, no Setor de Indústria, trecho 4. Cada pombo tinha o nome de um diretor amarrado no pé. Cinco foram soltos e voaram. Um, justamente o que tinha o nome do atual presidente, Otávio Ferreira Lima, foi o único que não voou. E morreu.

Coincidência ou não, a gestão de Ferreira Lima passou a partir deste dia a enfrentar graves problemas com os Txucarramãe, no Xingu.